



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2023

Nº 196

SUMÁRIO

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E ANAIS	Capa
TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA-GERAL.....	3418
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3418
ADVOCACIA-GERAL	3424

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E ANAIS

ERRATA

No Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa de Rondônia de nº 195, de 30 de outubro de 2023, cabeçalho da capa,

Onde se lê:

PORTO VELHO-RO, SEGUNFA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2023

Leia-se:

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2023

TAQUIGRAFIA

36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 25.10.2023

INÍCIO: 09h29min

PRESIDENTE: SR. RIBEIRO DO SINPOL

SECRETÁRIO: SR. LUIZINHO GOEBEL

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 36ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, Questão de Ordem. Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem. Com base no Regimento Interno requeiro que Vossa Excelência faça a leitura dos parlamentares presentes nesta Sessão, com o número de quórum, por gentileza.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Sim. Com certeza Deputado Delegado Camargo. Está presente o Deputado Ismael Crispin.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Peço que Vossa Excelência, se possível, possa informar ao povo, quem está de forma presencial e quem está de forma remota.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Eu não entendi, ele está pedindo verificação de quórum? Aí tem que verificar o quórum, tem que pegar, fazer a chamada daqueles que registraram para ver se estão presentes. Se é isso que o Deputado Delegado Camargo está pedindo. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO CAMARGO – Exatamente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Affonso Candido presente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Alan Queiroz?
Deputado Alex Redano?

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ

1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL

1º Secretário: CIRONE DEIRÓ

2º Secretário: JEAN MENDONÇA

3º Secretário: NIM BARROSO

4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) –
Presente. Deputado Cirone Deiró está presente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) –
Deputada Cláudia de Jesus?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência)
– Só uma Questão de Ordem, Presidente. Pedir para o
Secretário então fazer a chamada dos deputados, como
quer o colega Deputado Delegado Camargo, para fazer
a verificação de quórum.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Já
estou fazendo aqui. Secretário, por gentileza, você pode
fazer?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência)
– Affonso Candido, presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputado Alan Queiroz?
Deputado Alex Redano?
Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) –
Deputado Cirone Deiró, presente, Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputado Cirone Deiró, presente.
Deputada Cláudia de Jesus?
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputado Delegado Lucas?
Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputado Edevaldo Neves?
Deputado Ezequiel Neiva?
Deputada Gislaíne Lebrinha?
Deputada Ieda Chaves?
Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputado Jean Mendonça?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) –
Deputado Luizinho, estou aqui. Deputado Cássio.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputado Cássio Gois, presente.
Deputado Jean Mendonça?
Deputado Jean Oliveira?
Deputado Laerte Gomes?
Deputado Luis do Hospital?
Deputado Luizinho Goebel, presente.
Deputado Marcelo Cruz?
Deputado Nim Barroso?
Deputado Pedro Fernandes?
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) –
Presente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Deputada Rosangela Donadon?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) –
Confirma para mim, por gentileza, quantos presentes,
Secretário Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc)
– Oito presenças e o Deputado Nim que estava aqui,
estamos aguardando para a segunda chamada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência)
– Porque se não deu presenças satisfatórias tem que
encerrar a Sessão, já que foi pedido verificação de
quórum.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) –
Mas, tem as presenças, Deputado Cirone, oito presenças
para a leitura. Então, nós vamos fazer leitura da Ata e
logo após a gente volta fazer a segunda chamada. É
isso, Presidente?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Secretário,
só peço que Vossa Excelência deixe registrado, então,
os que estão presentes. Só para deixar bem registrado,
por gentileza, Senhor Secretário. O senhor contabilizou
a presença de oito, confere?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Sim.
Oito.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Affonso Candido	- presente
- Deputado Cássio Gois	- presente
- Deputado Cirone Deiró	- presente
- Deputado Delegado Camargo	- presente
- Deputada Dr ^a Taíssa	- presente
- Deputado Ismael Crispin	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Nim Barroso	- presente
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- presente

O SR. DELEGADO CAMARGO – Oito? O senhor pode, por gentileza, deixar registrado quais são os oito que estão presentes aí?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Deputado Affonso Candido, Deputado Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró, Deputado Delegado Camargo, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Ismael Crispin, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Ribeiro do Sinpol. O Deputado Nim está retornando ao plenário.

Então, são oito presenças e aguardando o retorno do Deputado Nim. Vamos aguardar mais alguns minutos. Enquanto faremos a leitura da Ata, não é, Presidente?

(Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior)

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Presidente, pela Ordem, só um pouquinho. O Deputado Alex Redano está tentando entrar aí e não está conseguindo. Mandou mensagem aqui agora.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Registra a presença do Deputado Alex Redano, por gentileza.

Registra a presença do Deputado Alex Redano.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Senhor Presidente, registra a minha presença. Deputado Alex Redano.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Está registrado, presidente.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Registra a minha presença. Deputado Jean Mendonça.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Está registrado, Deputado Jean.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – (Continua a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior). Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Para discutir, Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Para discutir, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Com a palavra, o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Presidente, eu fiz a leitura da Ata, e na leitura da Ata aqui, eu não verifiquei a respeito da votação do Projeto 237.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Depois eu preciso discutir também a Ata, Presidente. Deputado Cirone.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode falar, Deputado Cirone.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Deixa eu primeiro, Presidente, porque eu tinha pedido Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pois não, perdão. Pode falar, Deputada Dr^a Taíssa.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Eu quero só constar na Ata, eu ouvi a leitura da Ata e acompanhei atentamente, e nós tivemos nesse dia, no dia 10, um embrolho das votações.

Primeiro eu quero constatar que teve dois deputados que não estavam presentes: Deputada Rosangela Donadon e Deputado Ismael Crispin. Foi comentado que estariam presentes e a Ata registra que não estavam presentes. E eu quero que conste na Ata também, que nós deputados que estávamos de forma remota nas nossas bases, que a Sessão foi suspensa às 15 horas e 45 minutos, e, até a votação nominal, quando foi ligado (sistema remoto) para a gente participar, nós não tivemos acesso a falar com o plenário.

No nosso grupo, podem constatar, que várias vezes, tanto eu, como a Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cássio Gois, Deputado Edevaldo Neves, fizemos uma manifestação para participar da Sessão, porque foram votados projetos de que nós não tínhamos conhecimento — como é o caso dos Projetos 172 e 173. E nós acabamos votando esse projeto sem conhecimento, já que o projeto foi aportado na Casa a partir das 16 horas, depois que a Sessão estava suspensa.

Então, eu preciso fazer esse registro para ser justo com os meus colegas que estão participando e para ser justo comigo mesmo, não é, que nós estávamos aí fora da Sessão e não tivemos a oportunidade de saber qual era o projeto que estava sendo votado e nem a participação para discutir esse projeto. Preciso fazer esse registro nessa Ata.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Muito Obrigado, Deputado Cirone. Realmente, isso que o senhor relatou aconteceu mesmo. Muito obrigado por você dar esse esclarecimento para a população de Rondônia.

Com a palavra, a Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom dia a todos, primeiramente eu gostaria de agradecer imensamente ao Deputado Cirone Deiró por estar fazendo uma justiça aqui nesta Casa, justamente porque o Deputado Ismael Crispin e a Deputada Rosangela Donadon nem estavam na Sessão, presentes; e constava ali no registro como se estivessem.

E no caso de nós, que estávamos on-line, tanto o Deputado Cirone, Deputado Edevaldo, Deputado Cássio e eu, Deputada Dr^a Taíssa, em vários momentos, nós não conseguimos nos manifestar. Colocamos no grupo do WhatsApp dos deputados que a gente não conseguia se manifestar. O Deputado Cirone Deiró foi brilhante na palavra.

Nós não tivemos acesso à Mensagem do Executivo 172 e 173 que trata do Projeto 237 e, uma das Mensagens, nós não tivemos nem acesso. Esse projeto chegou na Casa após ter sido aberta a Sessão. Nós não recebemos nem pelo WhatsApp o projeto para a gente ter acesso, para fazer a leitura e, além disso, — como é que nós parlamentares que estávamos on-line, que foi manifestado aqui nesta Casa pelo Deputado Alex Redano, reafirmado agora pelo Deputado Cirone Deiró, já foi falado pelo Deputado Cássio e também por mim — como é que nós votamos um projeto, se nós estávamos com instabilidade on-line e nós não conseguimos nem manifestar o nosso voto? Porque a gente estava falando no meio on-line e não constava aqui para a Casa.

Aproveitar que eu quero registrar na Ata toda essa manifestação que eu fiz no grupo de WhatsApp dos deputados. Imediatamente protocolei um documento na Casa, relatando que eu não consegui fazer a manifestação do meu voto contrário e isso não consta na Ata. Por isso, que eu não concordo com a aprovação dessa Ata, tendo em vista que nós deputados que estávamos on-line e os deputados que estavam ausentes foram imensamente prejudicados em nível estadual. Nós fomos colocados em uma situação em que nós nem conseguíamos nos manifestar.

E, assim, parabéns, Deputado Cirone Deiró, pela coragem, pelo posicionamento de trazer a verdade para o povo rondoniense, porque é muito injusto. Aqui é um Parlamento. O Parlamento é a voz da população e nós fomos tolhidos de nos manifestar por questões técnicas e de exercer nosso direito de voto. Isso é uma ofensa fundamental ao direito do parlamentar e isso não pode acontecer.

Então, eu quero registrar na Ata que eu não concordo com a Mensagem 172 e 173; e que naquele momento eu fui impedida; e conste meu voto de que eu não concordo e que eu nem estava conseguindo me manifestar, porque nós estávamos com problemas on-line. Então, assim, a gente tem que corrigir injustiças que vêm acontecendo aqui nesta Casa.

Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Deputada Taíssa, é o Deputado Cássio.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim, Deputado Cássio.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Eu estou acompanhando a tua fala, acompanhando a fala do Deputado Cirone Deiró. E eu já disse nas Comissões, quando a gente se reuniu com os empresários, que foi um dia, uma terça-feira terrível, eu nomeiei dessa forma. E realmente o que a senhora fala, o que a senhora pede para constar em Ata, faço das suas palavras as nossas, está bom? Para que a gente possa rever isso aí, em prol da população do Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Concedida.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputado Cássio Gois, eu aproveito a presença de Vossa Excelência para comunicá-lo que, através de iniciativa de minha pessoa, apoiado pelos Deputados Luizinho Goebel, Deputada Dr^a Taíssa e por fim o Deputado Nim Barroso, nós protocolamos aqui nesta Casa um Projeto de Lei visando revogar a Lei que aumentou a alíquota do ICMS.

E vejo atentamente em sua fala que Vossa Excelência também não está de acordo com esse aumento abusivo. Então, eu gostaria de contar com o apoio da sua assinatura e dos demais deputados presentes que estão contra esse aumento abusivo, nesse presente projeto. Tudo bem, Deputado Cássio?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Tranquilo, Deputado Rodrigo. Tranquilo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Estou contando com a sua assinatura, então.

Deputado Cirone Deiró? Também gostaria muito do seu apoio e do seu compromisso com o povo de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – O povo de Rondônia, Deputado Delegado Camargo, sempre terá meu apoio e disse isso para o senhor na Comissão, lá. Coloque o Projeto de Lei para tramitar nas Comissões. Tendo a legalidade, a constitucionalidade, a gente sempre vai estar votando em favor do povo de Rondônia. Ok?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Conto com a assinatura também. Deputado Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró. Algum colega que queira se manifestar a favor do projeto também para assinatura, estou fazendo a coleta.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Vamos dar continuidade então. Aprovada...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não. Tem que ter ressalva.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Presidente, gostaria também de falar sobre esta trágica Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Eu estava presente. Infelizmente, na minha concepção, a matéria foi votada com muita celeridade. E, infelizmente, nós estávamos acompanhando vários outros projetos. Eu, em especial, o projeto que tarifava o setor produtivo do Estado de Rondônia. E quando eu me atentei para votação, eu solicitei o registro do meu voto “não” ao Projeto de Lei 237/2023. Não ficou registrado isso aqui na Ata, pelo menos no que eu acompanhei a leitura. Esse voto foi solicitado diretamente ao Presidente da Assembleia, Deputado Marcelo Cruz, o registro do meu voto “não” para o aumento de ICMS no Estado de Rondônia.

Portanto, nós apresentamos aqui uma declaração à Mesa Diretora, às 13 horas e 51 minutos, dia 11 de outubro. E eu gostaria que ficasse registrado, juntamente anexado a esta Ata deste dia. E da mesma forma nós também tomamos outras medidas judiciais e que estamos aguardando a resposta da Justiça, solicitando o cancelamento daquela votação, tanto quanto foi feito pelo Deputado Crispin, Deputado Luizinho Goebel, em um outro momento, e Deputada Dr^a Taíssa, em outro momento. E essas ações ainda correm na Vara da Justiça do Estado de Rondônia.

Então, eu queria mais uma vez aqui lamentar e deixar aqui registrado o meu voto “não” àquele projeto, o meu repúdio ao aumento de tributos para a população do Estado de Rondônia. Então, só queria registrar esse momento.

Dizer que estou há um bom tempo aqui na Assembleia Legislativa e me sinto desrespeitado, porque eu vim aqui com a obrigação de representar a população do Estado de Rondônia. E parte desta representação é dada através do voto. E quando nós temos o voto não sendo respeitado por este Parlamento, aí realmente eu vejo que a população não tem representatividade nesta Casa. Então, lamento.

O meu repúdio, a minha tristeza por esta ação que eu, particularmente, em todo tempo que estou na Assembleia Legislativa, nunca tinha passado. Agradeço, Presidente. Obrigado.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Presidente, pela ordem. Deputado Affonso Candido.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Quer falar, Deputado Affonso Candido? Pode falar. À vontade.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Quero sim. Quero discutir a Ata também.

Eu quero deixar a minha ressalva sobre a última Sessão que nós tivemos, Sessão Ordinária, na qual, no início da Sessão, às 15 horas, eu estava presente no plenário. A Sessão foi suspensa, os deputados foram para a Sala de Reuniões. Até, então, não tinha nada

de surpresa para aquele momento. Quando eu recebi a ligação de um prefeito do Estado de Rondônia, com a sessão suspensa, para eu poder atendê-lo no gabinete. Subi até o gabinete desta Casa de Leis, fiquei atendendo ao prefeito, atendendo demandas do município, de recurso para a saúde, recurso para a educação, quando o meu chefe de gabinete me orientou que a Sessão estava começando.

Quando eu desci para o plenário, não tinha nada na Ordem do Dia desse aumento de imposto. Foi uma votação simbólica em que se leu apenas o projeto, a capa do projeto. O meu voto constou favorável, quando eu não tive nem o tempo hábil de me manifestar contrário. Me manifestar contrário em algo que eu nasci, que é no berço comercial, que é no berço empresarial, que eu sei o que é um Simples Nacional, um DARE (Documento de Arrecadação de Receita Estadual), um ICMS, uma CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Eu sei o que é isso. Eu sei o que é chegar final do mês, quando o comerciante paga os seus impostos para sobreviver, que é todo o seu lucro.

Então, eu venho aqui hoje para constar também nessa Ata que naquele momento ali, em que eu não sabia o teor do projeto, o teor do projeto que estava em votação, e eu quero dizer meu voto contrário, contrário a esse projeto, contrário ao aumento de impostos; e a favor, a favor do comerciante, a favor da população menos favorecida.

Então, naquele momento, eu até eu fiz uma sugestão até no grupo dos deputados para que essas votações simbólicas acabem, seja votação nominal e lendo o teor do projeto da capa ao final.

Então, quero que conste em Ata essa minha indignação e essa minha ressalva sobre a Sessão passada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Affonso Candido,...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só um minutinho, Deputado. Eu tinha solicitado.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Deputado Affonso Candido, muito importante Vossa Excelência ter falado. Está registrado aqui na Casa.

Agora, com a palavra a Deputada Taíssa, que pediu um aparte.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só aproveitando, Presidente, que eu quero que conste nessa Ata que seja feita uma Errata na Ata, e conste, de forma bem clara, que na Sessão do 10 de outubro de 2023, fazendo constar o meu voto, o voto da Deputada Dr^a Taíssa contrário ao Projeto 237/2023, haja vista a instabilidade no sistema de transmissão on-line da Sessão e que não permitiu o correto registro da manifestação do voto

desta parlamentar que subscreve. E deixar bem claro que eu sou totalmente contra.

Neste momento, nós estamos passando um momento muito difícil dentro do Estado de Rondônia. A população sofre muito e já me manifestei nas minhas redes sociais, e manifesto aqui na Casa. Neste momento, nós precisamos buscar cada vez mais o desenvolvimento e por isso que eu deixo bem claro: voto contra o Projeto 237, de 2023, haja vista que no dia 10 eu fui tolhida do meu direito de conseguir manifestar o meu voto por questões de transmissões on-line. Então, tem que haver o registro de forma correta na Ata, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Perfeito, Deputada Dr^a Taíssa. Vai ser feito a aprovação, posteriormente, com as Erratas e as ressalvas. Está bom? E constando os seus depoimentos. Pode ter certeza disso.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Com a palavra, o Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente e demais colegas deputados, um parlamentar deve ser coerente entre aquilo que fala e aquilo que faz. Então, eu gostaria de mais uma vez, agradecer a coragem do Deputado Luizinho Goebel, da Deputada Dr^a Taíssa, mais recentemente, do Deputado Nim Barroso; do Deputado Cássio Gois – que registrou agora -, do Deputado Cirone Deiró, dizendo que são contra esse aumento abusivo. E já se dispuseram a assinar essa lei, que eu apresentei com o apoio de Vossas Excelências para revogar.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Deputado Delegado Camargo, só um pouquinho. Inclua o Deputado Affonso Candido aí também. Desde o início eu sou favorável, eu tenho até um Projeto de Lei, da semana passada, pronto já, que caminha junto com o seu.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, eu agradeço, e eu posso contar, Deputado Affonso, e o povo de Rondônia pode contar com a sua assinatura neste projeto de revogação?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Com certeza, eu não tenho dúvidas, teria que ser um projeto coletivo, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, eu agradeço pelos demais pares que estão acompanhando porque em outro momento, eu confesso que tentei apresentá-lo e não tive oportunidade. Mas, fico muito feliz, hoje, em saber que já estão ombreando nesse projeto, repito, para que fique registrado e o povo de Rondônia saiba: os Deputados Luizinho Goebel, Dr^a

Taíssa, Cássio Gois, Cirone Deiró e Affonso Candido já estão ombreados com o povo neste projeto que apresentei, revogando o aumento abusivo do ICMS.

É importante isso. Isso se chama coerência entre aquilo que fala e aquilo que faz. Já tem a assinatura do Deputado Luizinho Goebel, da Deputada Dr^a Taíssa e do Deputado Nim Barroso. E muito em breve pegarei as assinaturas físicas do Deputado Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró e Deputado Affonso Candido. Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Com a palavra a Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Parabéns pelas suas falas, Deputado Delegado Camargo, mas eu sempre falo: é justo o que é justo. E eu não poderia deixar de me manifestar que imediatamente à Sessão que aconteceu no dia 10, o Deputado Affonso Candido, ele mesmo com sua equipe técnica, também elaborou um projeto para fazer a revogação do ICMS e apresentou tanto para mim, quanto para o Deputado Ismael Crispin, buscando uma solução jurídica e uma solução legislativa para poder manifestar e realmente, a gente acabar com essa situação, desse aumento de imposto dentro do Estado de Rondônia.

Então, assim, eu não poderia deixar de registrar isso porque ele conversou tanto comigo, quanto com o Deputado Ismael, com o Deputado Luizinho Goebel, acho que chegou até a falar com o Deputado Delegado Camargo, também. Fez um projeto e apresentou para nós. A gente estava levando esse projeto para a assessoria da Casa, para ver se tinha legalidade.

Então, assim, a gente tem que ser justo com quem é justo. Várias vezes o Deputado Affonso se manifestou sobre isso, buscou de todas as formas solucionar aquele problema que nós estamos vivendo desde o dia 10, infelizmente, quando ocorreu essa situação aqui na Casa. Parabéns, Deputado Affonso.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Obrigado, Deputada Taíssa.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Não havendo mais observações, dou-a...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só um momento, eu gostaria também de propor aqui, e eu peço que Vossa Excelência depois delibere para fazer as retificações necessárias. Por que eu digo isso? Porque o povo que nos acompanha pela televisão e acompanhou a votação na semana passada, a fatídica votação, foi lido apenas o número do Projeto de Lei, que era o 237, e o número da Mensagem do Governo, 173. E ninguém falou ali, que matéria era.

Vou aguardar o reestabelecimento do sinal. Estamos sendo transmitidos, pessoal do apoio técnico? Ok.

Então, o povo não sabia ali do que estava sendo votado. E eu verifico, Deputado Luizinho, após Vossa

Excelência, secretariando esta Casa, ter feito a leitura que não consta na Ata, de novo, sobre que matéria é.

Então, eu peço para que o Presidente também retifique a Ata fazendo constar no texto que o Projeto 237, encaminhado através da Mensagem 173, diz respeito ao ICMS, porque assim o povo vai saber qual é a matéria. O povo não quer saber qual é o número do projeto, o povo não quer saber qual é o número da Mensagem. O povo quer saber qual é a matéria do projeto. Isso não pode ser omitido.

Então, eu peço que Vossa Excelência faça essa retificação, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Positivo. Com todas as retificações na Ata, do Deputado Cirone, do Deputado Cássio, da Deputada Dr^a Taíssa, do Deputado Luizinho, do Deputado Delegado Camargo e demais deputados, Ata aprovada com essas ressalvas.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Presidente, é Errata. Vai ter que ser feita. Tem que registrar aí que será feita Errata na Ata do dia 10. Tem que registrar isso aí: 10 de outubro de 2023.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Vai ser feita a Errata na Ata do dia 10. Está registrado: 10 de outubro de 2023. Vai ser retificada a Ata.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Mensagem nº 159/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Dispõe sobre a transferência de recursos para aumento de capital em favor da Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia - SOPH e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 8.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC e dá outras providências."

2 - Mensagem nº 160/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à concessionária em favor da Sociedade de Porto e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação até o valor de R\$ 7.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC e dá outras providências."

3 - Mensagem nº 170/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 18.071.033,43, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças

– SEFIN."

4 - Mensagem nº 171/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 974.647,41, em favor da unidade orçamentária Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária – FUNDAT."

5 - Mensagem nº 174/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 81.000,00, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual dos Direitos da Mulher – FUNEDM."

6 - Mensagem nº 175/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 4.000.000,00, em favor da unidade orçamentária Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP."

7 - Mensagem nº 176/2023 – Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs 134 e 204/2023.

8 - Mensagem nº 177/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Altera e acresce ao quadro – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Anexo de Metas Fiscais que compõe o Anexo I da Lei nº 5.584, de 31 de julho de 2023".

9 - Mensagem nº 178/2023 – Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2023.

10 - Mensagem nº 179/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro e crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 5.000.000,00".

11 - Mensagem nº 180/2023 – Poder Executivo, requerendo que seja marcada Audiência Pública entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro de 2023, para que a Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, apresente o 1º e 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA.

12 - Mensagem nº 181/2023 – Poder Executivo, encaminhando Relatório Circunstanciado de Viagem referente ao Encontro Empresarial Brasil-Peru, na Feira de Alimentos e Bebidas da América Latina – Feira Expoalimentária, na cidade de Lima/Peru, na Feira Multissetorial anual da Bolívia – Expocruz, ocorrida em Santa Cruz de La Sierra/Bolívia, e a visita ao Porto de Arica, no Chile, no período de 24 de setembro a 6 de outubro de 2023.

13 - Mensagem nº 182/2023 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 6.484.877,26, em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral do Estado – PGE".

14 - Mensagem nº 183/2023 – Poder Executivo, comunicando a ausência do País por parte do Governador do Estado, no período de 24 a 28 de outubro de 2023,

haja vista a participação no 4º Festival Internacional do Tambaqui de Rondônia, em Miami – EUA.

15 – Ofício nº 6139/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 514/2023 de autoria dos Senhores Deputados Delegado Camargo, Luizinho Goebel e Taíssa Sousa.

16 – Ofícios nºs 6132, 6148, 6173, 6316/2023 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 502, 488, 506, 493, 503/2023 de autoria da Senhora Deputada Dra. Taíssa.

17 – Ofício nº 6211/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 516/2023 de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo.

18 – Ofício nº 6296/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 517/2023 de autoria da Senhora Deputada Ieda Chaves.

19 – Ofício nº 6350/2023 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 553/2023 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

20 – Ofício nº 13218/2023 – Supremo Tribunal Federal, comunicando o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7295 em face da Lei Complementar nº 93/93.

21 – Ofício nº 672/2023 – Tribunal de Justiça do Estado, comunicando o trânsito em julgado do Acórdão referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0801232-64.2019.8.22.0000, em face da Lei Complementar nº 1.000/18.

22 – Ofício nº 636/2023 – Tribunal de Justiça do Estado, comunicando o trânsito em julgado do Acórdão referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 08022647-14.2021.8.22.0000, em face da Lei nº 4.789/20.

23 – Gabinete do Senhor Deputado Luizinho Goebel, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 06 e 26 de setembro de 2023.

24 – Gabinete do Senhor Deputado Ribeiro do Sinpol, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 11 de outubro de 2023.

25 – Gabinete do Senhor Deputado Cássio Gois, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 24 de outubro de 2023.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das seguintes Proposições recebidas a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer que seja reiterado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, Estado de Rondônia, pedido de mapas impressos com linhas imaginárias sobrepostas da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau sobre o município de Monte Negro evidenciando as

propriedades rurais considerando o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 208/2023 que dispõe acerca do caráter permanente de Laudo Médico Pericial que atesta deficiências ou transtornos físicos, mentais e/ou intelectuais de caráter irreversível.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem, me permita. Eu preciso esclarecer aqui uma dúvida.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Só um pouco, deixa ele terminar de ler. Pode terminar de ler, por favor.

O SR. DELEGADO CAMARGO – É que a matéria vai restar prejudicada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode continuar. Continua a leitura, por gentileza.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – (Continua a leitura das proposições recebidas)

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências referentes à decisão da cassação da licença pelo não cumprimento das disposições descritas no Código de Obras por parte do Consórcio Vigor Turé, e, que impactam na construção do Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações e providências referentes às denúncias públicas versando sobre “suposto desvio de recursos” na construção do Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia – HEURO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual (Governador do Estado de Rondônia) o compartilhamento de informações referente à reunião do ICMS realizada no dia 17 de outubro de 2023, no auditório do Palácio Rio Madeira, Edifício Pacaás Novos, e ainda, no tocante ao encontro com parte dos empresários realizado posteriormente.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos dos artigos 234, 235 e 237, todos do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, alínea “f” do Regimento Interno, a adoção do regime de urgência no Projeto de Lei, que “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 5.629, de 13 de outubro de 2023, que “Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996”.”

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora deferimento à realização de Sessão Solene, bem como reserva do plenário, para a efetivação de outorga de Voto de Louvor aos fundadores, diretores, gerentes, autoridades e colaboradores do Jornal Diário da Amazônia, em homenagem aos seus 30 (trinta) anos

de fundação e atuação no Estado de Rondônia, no dia 06 de novembro, às 09 horas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN (COLETIVA). Requer ao Presidente, ouvida a Mesa Diretora, nos termos regimentais, conforme arts. 146, IX, 172 e 173, que seja anulada a votação do Projeto de Lei Ordinário nº 237/23, de 10 de outubro de 2023, ocorrida na Sessão Ordinária no dia 10 de outubro de 2023, por vício material em descumprimento de Princípio Constitucional.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Votos de Louvor para os policiais civis aposentados do Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 10/11/2023 às 8:00 horas no auditório desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Requer ao Poder Executivo, extenso ao Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde — SESAU, informação acerca da regulamentação da Lei nº 5.557 de 15 de junho de 2023, que "Institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinoides, incluindo o tetrahidrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS" e as medidas que estão sendo implementadas para a sua efetividade.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito Legislativo à atleta jogadora de futebol Millene Karine Fernandes Arruda pelos relevantes serviços prestados ao esporte do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Revoga o Decreto Legislativo nº 2.403, de 11 de outubro de 2023.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º SGT BM Sérgio de Oliveira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao CAP BM Halisson Avilla Mendonça, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º SGT BM Marcelo Valjean Lemos de Almeida, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 3º SGT BM Eliomar dos Reis Seguro, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO, DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, DEPUTADA

DRA. TAÍSSA. Revoga a Lei Estadual nº 5.629, de 13 de outubro de 2023, que "Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996."

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Acrescenta o artigo 21-A à Lei Complementar nº 937, de 15 de fevereiro de 2017, que "Institui a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI e o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FEDIPI e dá outras providências."

- DECLARAÇÃO DO GABINETE DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.

Para: Mesa Diretora — ALE/RO

O Deputado que o presente subscreve, vem por meio deste, declarar à Mesa Diretora na forma regimental com base no artigo 124, § 1º, manifestação e voto contrário (NÃO) ao Projeto de Lei de autoria do Governo do Estado de Rondônia nº 237/2023, mensagem nº 137 de 10 de outubro de 2023, aprovado no dia 10 de outubro de 2023.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Secretaria Legislativa do Estado de Rondônia, a competente errata na ata da Sessão do dia 10 de outubro de 2023, fazendo constar nosso voto contrário ao Projeto de Lei 237/2023.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, seja encaminhado à Superintendência da Polícia Federal, cópia do inquérito policial sobre a operação "Baile de Máscaras", salvo os documentos em segredo de justiça, deflagrada na Secretaria de Estado de Assistência Social, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSANGELA DONADON. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para efetivação de outorga do Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Hélio Vieira da Costa, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 09 de novembro de 2023, às 14:30 horas no Plenário desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Requer a inclusão na pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 25/10/2023, do Projeto de Lei Ordinária nº 234/2023, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Candeias do Jamari/RO — APAE Candeias, Estado de Rondônia."

Senhor Presidente, lidas as matérias.

Eu gostaria de pedir à Vossa Excelência, se possível, a inclusão na pauta, desde que esta matéria, em respeito a todos os pares, em respeito a todos os deputados e, diante daquilo que já tinha sido muito evidenciado aqui dentro daquele Fórum das Comissões de Constituição e Justiça do Brasil, que foi realizado na Assembleia Legislativa, que falava que todas as matérias deveriam passar por todas as Comissões pertinentes. E que, infelizmente, poucos dias depois, nós recebemos aqui um projeto de grande relevância, de destaque, que alterava a tributação, a população do Estado de

Rondônia, as empresas de Rondônia, que envolvia toda a sociedade do Estado de Rondônia. E ela não tramitou nas Comissões.

Então, em respeito aos colegas, nós temos uma matéria muito importante que é para o bom andamento dos serviços do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), e que aportou nesta Casa sob a Mensagem 184, que é um remanejamento de recursos do Detran para o DER. E, se for possível, desde que essa matéria já tenha sido tramitada nas Comissões, se Vossa Excelência pudesse inserir na pauta do dia para votação, eu agradeço.

Obrigado, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Deputado Ribeiro do Sinpol, eu quero pedir apoio a esse projeto do DER. Eu sou presidente da Comissão de Transportes e Obras Públicas e a gente sabe a importância desse projeto para manutenção do DER.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Muito obrigado, pelas palavras do nosso líder, grande decano Luizinho Goebel. Ele entende a preocupação de melhorias das nossas estradas. Parabéns pela postura, Luizinho Goebel, o senhor representa perfeitamente bem o desejo de grande parte da sociedade por estradas boas. Nossas matérias-primas, nossas commodities. O dinheiro roda no Estado de Rondônia justamente com a liderança do Deputado Cássio Gois.

Passamos agora às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, Vossa Excelência, o ilustre Deputado Delegado Camargo.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Presidente Ribeiro do Sinpol, antes que o Deputado Delegado Camargo comece o seu discurso, eu gostaria de pedir a inclusão, na pauta, do Projeto de Resolução 50. Eu propus na Assembleia Legislativa a criação da Frente Parlamentar da Juventude do Estado de Rondônia e eu gostaria que o Secretário Legislativo buscasse esse projeto na Casa para que a gente tramitasse, porque ele é de extrema importância para a juventude do Estado de Rondônia.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cássio Gois e demais deputados que estão online, só para ficar registrado, todos esses pedidos temos que registrar, devido a oscilação da nossa internet. Só para deixar bem registrado isso, também, para vocês terem essa preocupação em registrar pela oscilação da internet aqui da Casa. Ora está caindo, ora está voltando, ok?

Pode prosseguir, dando início a sua oratória, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Povo de Rondônia,

eu faço uso desta tribuna para buscar trazer um pouco de luz e prestar alguns esclarecimentos diante de tantas desinformações que vêm sendo veiculadas.

Todos sabem aqui do meu compromisso com a segurança pública. Todos sabem que a profissão que coloca o alimento na minha casa é a segurança pública, é a polícia.

Por inúmeras vezes subi nesta tribuna avisando que “a fatia do bolo estava acabando”. Porque via, no dia a dia desta Casa, tramitarem inúmeros projetos de realinhamentos, criação de cargos, remanejamento de recursos. Vi, com meus próprios olhos — aqui no dia a dia da Casa — renunciarem valores de multas, dívidas, através do Refaz dos grandes devedores, a título da Energisa.

E eu me recordo, Deputado Ribeiro do Sinpol, que toda a sua liderança e força junto à categoria, lá em 2022, ainda no período de campanha eleitoral do Governador Marcos Rocha, Vossa Excelência Deputado Ribeiro do Sinpol, pediu voto para o governador junto com todos os seus companheiros, pois havia ali um acordo para que o Governo do Estado encaminhasse um Plano de Carreira para todos os policiais: civis, militares, bombeiros, agentes socioeducativos, policiais penais, toda a área da segurança pública. Era esse o compromisso.

E creio que Vossa Excelência, com toda a sua força e liderança, conseguiu ajudar o Governador Marcos Rocha na sua reeleição. Há pouco tempo, ainda durante a Expovel, acompanhei, Deputado Ribeiro do Sinpol, um vídeo do governador do Estado com Vossa Excelência, trazendo uma ótima notícia: de que muito em breve seria encaminhado a esta Casa de Leis o tão merecido reajuste às forças de segurança pública.

E aqui abro um parêntese, eu espero que chegue aqui uma das melhores valorizações. Estou esperando. Eu sei que vai chegar. Essa é a promessa do governador, que nós estaremos entre as Polícias mais bem remuneradas do país, inclusive corrigindo algumas discrepâncias de valores entre agentes de polícia, escrivães, entre os praças e os oficiais e delegados. Isso é preciso ser feito. Um realinhamento para que quem está lá na base, na ponta da lança seja valorizado de forma digna.

Mas, eu gostaria de, como Vossa Excelência conduz, Deputado Ribeiro, essa pauta, já que — repito — em momento algum me convidaram para qualquer reunião na construção desse projeto, eu pergunto a Vossa Excelência Deputado Ribeiro, existe alguma vinculação entre o encaminhamento do Plano de Carreira ou desse reajuste salarial e o aumento do ICMS? Eu lhe faço essa pergunta. E se o senhor puder me responder, eu agradeço, Excelência.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode responder agora?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Sim.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Não é melhor responder depois?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, eu gostaria que Vossa Excelência esclarece para o povo, porque eu vejo aí algumas questões importantes a partir disso. Eu gostaria que, se possível, Vossa Excelência me dissesse: o aumento da polícia, das forças de segurança está vinculado com o aumento do ICMS? Sim ou não?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Não, eu não posso falar “sim” ou “não”. Tem que ter um contexto também para eu explicar. Posso?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Por favor.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – É assim. Gente, bom dia a todos. O Estado, o nosso Governador tem várias preocupações nessa segunda gestão dele enquanto governador. E ele tem várias vontades de realizar para as melhorias do povo do nosso Estado de Rondônia. Acontece que no mês de julho de 2023 foi aprovada a reforma tributária na Câmara. E semana que vem ela vai estar passando pelo Senado e vai ser aprovada. Com isso, o Estado de Rondônia, pelo o que eu acompanho a negociação — estou junto à Sefin, à Sepog, junto com o Delegado-Geral da Polícia Civil, Doutor Samir; junto com o Secretário de Segurança Pública, Doutor Vital; junto com o Presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Cruz; junto com o Deputado Laerte Gomes; junto com o Deputado Lucas —, vai haver uma queda de arrecadação. E essa queda de arrecadação é devida a essa reforma tributária. Essa reforma tributária, o Governador não esperava que isso aconteceria, porque foi aprovado em julho, muito rápido.

E várias frentes de melhorias para o desenvolvimento do Estado de Rondônia estão prejudicadas devido a esse ICMS, junto ao nosso fortalecimento do realimento das forças de segurança pública, os investimentos nas nossas áreas de saúde, porque vocês sabem que após a pandemia nós tivemos um acréscimo enorme de insumos. O gasto com a saúde praticamente dobrou, então também tem que ter essa recomposição. As nossas estradas também precisam ser melhoradas.

Então, essa questão do ICMS está atrelada — Deputado Delegado Camargo — a várias frentes de melhoria para o Governo do Estado de Rondônia. E está, sim, atrelada; depende, sim, para o aumento das forças de segurança pública.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Compreendi, Deputado Ribeiro. Então, veja. O compromisso que Vossa Excelência, trazendo toda a sua força, liderança de que o Governador encaminhasse um PCCS (Plano de Carreiras, Cargos e Salários) ainda no ano passado, em momento algum se falava a respeito de eventual aumento e de alíquota de imposto. Tanto que Vossa Excelência fez esse acordo com ele para a reeleição.

E eu venho avisando: “a fatia do bolo está acabando, a fatia do bolo está acabando, a fatia do bolo está acabando”. E diante das suas falas, eu vejo que, de fato, acabou. Então me parece, até de certa forma, muito imaturo por parte do Governo do Estado anunciar aos quatro ventos um aumento para as forças de segurança pública, trazendo uma grande expectativa a todos esses profissionais, a suas famílias, falando que a “manga vai amadurecer”, se sequer tinha orçamento para isso.

E agora quer debruçar sobre as costas do povo um aumento de imposto para dar aumento — repito — merecido para a segurança pública, mas está colocando o povo contra a segurança pública do nosso Estado e criando narrativas de que o Deputado Camargo está atrapalhando o aumento da segurança pública porque está indo contra o aumento do ICMS. Olha, é uma imaturidade absurda. Não tem gestão nenhuma.

Governo que anuncia um aumento sem ter receita e depois vem atravessar um projeto aqui para cumprir a sua palavra, na verdade é um desgoverno. Lembra que eu avisei, lá em fevereiro, março, abril: “o bolo está acabando!” “O bolo está acabando! O bolo está acabando! O bolo está acabando!” Estão criando cargos, estão criando secretaria, estão remanejando. Estou avisando, Deputado Ribeiro, “o bolo está acabando, meu amigo. O bolo está acabando.” Está aí: acabou!

E agora colocam a segurança pública contra o povo, contra mim, que votei contra o aumento e inventam narrativas, dizendo que a polícia não vai receber o aumento porque a culpa é do Deputado Camargo - que votou contra o aumento do ICMS.

A culpa é da falta de gestão, da falta de compromisso, da falta de maturidade, de gravar vídeo falando “eu vou mandar para vocês o melhor aumento do país. E não tem recurso porque se Vossa Excelência está dizendo aí, confirmou para mim, que está atrelado uma coisa à outra, fico extremamente preocupado.

E agora? Como vocês interpretam essa atitude? Eu deixo a pergunta para vocês, povo de Rondônia. Como você se sente, profissional da área da segurança pública? Isso não incomoda você? Não incomoda você ver um governo anunciando reajuste, criando expectativas nas famílias, sem ter saldo, enquanto uma voz clamava no deserto dizendo: “Vai acabar o bolo, vai acabar. Eu estou vendo, vai acabar. Eu estou avisando: ei, ei, ei, vai acabar, vai acabar.” Acabou!

“Ah, não, mas agora a gente vai lá e empurra no povo aí o aumento.” E tentam criar narrativas para colocar a minha categoria contra mim. Essa não vai colar. Sabe por que não vai colar? Porque a verdade se sustenta por si só. Quando você inventa uma mentira, você tem que vir com uma outra mentira para cobri-la.

Um desgoverno, mas a gente tem mais coisas para falar e eu vou esperar quando seja o momento propício para a votação. Mas, confesso a Vossa Excelência, Deputado Ribeiro, que eu gostaria que Vossa Excelência tivesse me avisado antes, para que nós pudéssemos atuar juntos, para que o bolo não tivesse

acabado. Eu lhe avisava, constantemente, aqui: "Está acabando, deputado, está acabando, está acabando." O bolo acabou.

E agora, o governo colocando o povo contra a segurança pública. Que covardia. Meu Deus! Meu Deus! São Miguel Arcanjo, defendei-me no combate contra as vozes caluniosas e mentirosas que buscarão assassinar minha reputação. Eu não vou desistir de lutar por aquilo que é justo para o povo, pois Aquele que está comigo é maior que aqueles que estão com eles. Obrigado, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) -
Questão de Ordem, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) -
Concedida ao Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) -
Presidente, vou falar algumas coisas aqui e entre elas, estão algumas medidas que nós tomamos em relação à contrariedade do aumento do percentual de cobrança do ICMS.

Eu votei, não. Meu voto não foi acatado. Eu entrei com um Mandado de Segurança no Judiciário de Rondônia, noticiando este fato e pedindo o direito ao voto.

Eu assinei um Requerimento, juntamente com vários deputados, proposto pelo Deputado Ismael Crispin, que solicitou à Mesa Diretora, nos termos regimentais, "conforme arts. 146, IX, 172 e 173, que seja anulada a votação do Projeto de Lei Ordinário nº 237/2023, de 10 de outubro de 2023, ocorrida na Sessão Ordinária do dia 10 de outubro de 2023, por vício material em descumprimento ao Princípio Constitucional".

Assinamos um Projeto de Lei: eu, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Delegado Camargo, Deputada Drª Taíssa e mais alguns colegas, que assinaram no dia de hoje, esse Projeto de Lei. Chegando, salvo engano - Deputado Camargo pode me confirmar -, acho que são sete assinaturas, até o momento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Coletadas fisicamente 4; aguardando a assinatura, mas já se comprometeram publicamente: Deputados Cássio Gois, Deputado Cirone Deiró e Deputado Affonso Candido.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então seriam sete assinaturas. Também foi uma propositura minha.

Falei ao Deputado Affonso Candido que se ele apresentasse a PEC, eu também assinaria, e também uma PEC que seria proposta pelo próprio Deputado Camargo, que eu também assinaria.

Qualquer ferramenta jurídica que possa inviabilizar o aumento da tributação através do ICMS no Estado de Rondônia eu assino, independente do resultado, porque resultado a gente só tem mesmo depois de votado ou julgado. Então, eu estarei à disposição de qualquer ferramenta que apresente uma

possibilidade disso. E por que eu estou falando isso? Eu estou falando do ICMS.

E, agora, eu quero falar das forças de segurança pública. Se tem alguém que dá honra para quem tem honra é o Deputado Luizinho Goebel. E eu sempre honrei as nossas forças de segurança. Inclusive, eu sempre me esforcei muito como cidadão para não dar trabalho para nenhuma força de segurança. Me esforço. E nesta Casa, por muitas e muitas vezes, eu defendi as nossas forças de segurança: Polícia Militar, Bombeiro Militar, Policiais Penais e Polícia Civil. Sempre eu fiz isso nesta Casa. Inclusive, está aqui o meu colega, o nobre Deputado Ribeiro, que representava na época o Sindicato da Polícia Civil, o SINPOL, e sempre teve no Deputado Luizinho Goebel um ombro amigo e um braço forte.

Representava o Singeperon — dos nossos policiais penais — o ex-Deputado Anderson Pereira e sempre teve no Deputado Luizinho um braço forte. Sempre estive ombreado aqui com a Polícia Militar e com os Bombeiros Militares e principalmente quando eles, através do voto, mandaram para esta Casa Policiais Militares que representavam a categoria. E quero dizer que nada mudou. Que nada mudou. Continuo cerrando fileiras para defender a valorização daqueles que defendem muito bem a sociedade rondoniense.

Eu, cidadão rondoniense, Luizinho Goebel, me sinto representado pelas nossas forças de segurança. Agora, jamais nós podemos aceitar o vínculo entre uma tributação do ICMS e a melhoria salarial às nossas forças de segurança.

Isso foi anunciado desde o primeiro mandato do atual Governador Coronel Marcos Rocha. E passaram-se quatro anos do primeiro mandato e praticamente nada aconteceu. E foi prometido na reeleição, e já vai lá fechando o primeiro ano do seu governo e nada aconteceu.

Essa história de querer dizer que o Congresso Nacional aprovou uma medida e que talvez ela entre em vigor nos próximos dias, ou meses, não tem nada a ver com a proposta passada. Porque essa proposta não existia na Câmara Federal.

Essa proposta de dizer que o ICMS de Rondônia está vinculado à melhoria da categoria das nossas forças de segurança também não é verdade. Por quê? Que garantia teria o Governo do Estado de Rondônia de que esta matéria seria aprovada na Assembleia Legislativa, sendo que os Deputados que participaram da Sessão hoje, todos, em uma só voz, falaram que não tiveram oportunidade de votar, que se tivessem a oportunidade de votar teriam votado contra?

Outros — como no meu caso que estava presente, também votei contra e não tive o voto acatado —, outros não se fizeram presentes, e aí eu não sei qual seria a posição deles, mas eu tenho certeza — pelo menos o que a gente ouve nos bastidores, e que muitas vezes o discurso é diferente da prática —, mas que nos bastidores muitos falam que votariam contra o aumento do ICMS.

Sou coerente, sou decente, sou justo e

verdadeiro dentro de todos os meus esforços. Não sou perfeito, mas eu não posso jamais deixar que as nossas honradas forças de segurança do Estado de Rondônia sejam colocadas contra a população do nosso Estado, ou a população do nosso Estado seja irresponsavelmente usada para que fique contra as nossas forças de segurança.

Rondônia precisa, acima de tudo, que a verdade seja restabelecida. Rondônia precisa, acima de tudo, que a paz seja restabelecida. Rondônia precisa, acima de tudo, que a verdade seja restabelecida. Rondônia precisa, acima de tudo, que os Poderes sejam efetivamente respeitados não no discurso, mas na prática.

Então, aos nossos honrosos membros das forças de segurança do meu Estado, que muito bem me representam como cidadão comum do Estado, como pioneiro de Rondônia, que moro neste Estado há mais de 43 anos, e também como deputado estadual, com mandato outorgado pelo povo, que veio para esta Casa e que sempre fielmente defendeu a valorização dessas categorias e todas as suas propostas, que de certa forma, davam condições para o bom andamento dos trabalhos destas forças policiais. Sempre terão do Deputado Luizinho Goebel a verdade, a responsabilidade e o apoio. E é por isso que jamais, jamais eu vou aceitar que nós, juntos, sejamos enganados por quem quer que seja. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por Videoconferência) – Presidente, Deputado Cirone. Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Pode falar Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Presidente Deputado Ribeiro, eu estou com uma questão aqui na nossa região, na cidade de Espigão D'Oeste, Presidente. Foi feito um Decreto de Calamidade Pública porque o rio Palmeiras, que abastece a cidade de Espigão D'Oeste, com efeitos do El Niño secou e a cidade de Espigão D'Oeste é abastecida por esse rio que tem a captação de água da Caerd. E o prefeito decretou nesta data, o Decreto 5805, o decreto de calamidade pública, para que ele possa tomar ações em relação a abastecer a cidade com água, caminhão-pipa, fazer contratações de empresas que possam corresponder a este abastecimento de água. E para este Decreto ter validade, precisa a convalidação da Assembleia Legislativa.

Eu queria pedir à Vossa Excelência, que peça a nossa Secretária Legislativa, eu enviei para o Manvailer a solicitação do prefeito para convalidação e nós precisávamos fazer isso com regime de urgência no dia de hoje, devido à gravidade da situação em que está Espigão D'Oeste, que as pessoas não têm água em casa nem para beber quanto mais para uso doméstico.

Então, eu quero pedir a sensibilidade do senhor, dos demais colegas para que possamos votar essa convalidação desse Decreto de Calamidade Pública da

cidade de Espigão D'Oeste.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cirone, eu acabo de receber uma ligação também do Deputado Cássio muito preocupado. A cidade de Espigão D'Oeste está sem água e escutei agora Vossa Excelência também relatar o problema. São deputados da região. Então, a Casa está aberta, nós todos parlamentares aqui, chegando aqui o projeto, pode ter certeza, o que depender da Assembleia Legislativa, eu sei o cuidado, a dimensão do que é ficar sem água, imagino a dificuldade em que esteja a cidade de Espigão D'Oeste. Me compadeço, toda a Mesa Diretora, todos os deputados estaduais. Eu sei da preocupação de Vossa Excelência junto com o Deputado Cássio. Então, o que precisar da Assembleia Legislativa estaremos aqui à disposição. Que fique registrado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por Videoconferência) – Senhor Presidente, então eu gostaria que o senhor solicitasse ao Manvailer, foi enviado no WhatsApp dele em PDF, que ele imprimissem essa solicitação e colocasse para apreciação dos colegas para nós fazermos essa votação ainda hoje.

É uma preocupação nossa, minha, do Deputado Cássio, Deputado Jean Mendonça, que é aqui de Pimenta Bueno, e a gente precisa tomar uma atitude urgente para que essa população não sofra as consequências. Que o prefeito tenha a liberdade de contratar caminhões-pipa, de contratar empresas que possam fornecer essa água sem ser questionado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, essa Assembleia, com a responsabilidade que tem sempre com o povo de Rondônia, quero pedir ao senhor que coloque hoje ainda em votação essa convalidação do Decreto de Lei 5805, do dia 24/10 da Prefeitura de Espigão D'Oeste.

Posso contar com Vossa Excelência, Presidente?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Deputado Cirone, com certeza você pode contar, mas, infelizmente, não tem quórum para aprovação. Não tem quórum.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Só um minuto, Deputado Delegado Camargo, por gentileza.

Quero aqui, antes, deixar registrado, nós temos aqui a presença nesta Casa de um ex-parlamentar, um deputado estadual, eu queria registrar aqui a presença do nosso grande Hermínio Coelho. Seja muito bem-vindo à sua Casa. Um deputado que trabalhou muito e trabalha muito em prol das forças coletivas do Estado de Rondônia, dos servidores públicos. Você é uma representatividade gigante para os Anais da Assembleia Legislativa.

Quando eu estava no sindicato ainda, em 2016, nós tivemos uma mobilização na Assembleia Legislativa

aqui, um ato histórico e eu tive muito apoio. A Polícia Civil teve muito apoio do que Vossa Excelência fez para a nossa categoria. O legado que você deixa, junto com seu trabalho, quero que você saiba que é imenso para a Polícia Civil, para o Estado de Rondônia...

Você é querido, também, por todos os servidores aqui da Casa. Você foi Presidente da Assembleia Legislativa, você foi uma pessoa que concedeu vários reajustes aqui para os servidores; e fica o nosso registro aqui. Bem-vindo. A Casa é sua.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pois não, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - Eu também gostaria de registrar, com muita alegria, a presença do nosso sempre Deputado Hermínio Coelho, ex-presidente da Assembleia Legislativa. Na minha concepção, um grande presidente, tá, Hermínio? Parabéns para você. E você hoje não está na Assembleia Legislativa, mas deixou um legado importante, um exemplo aqui. E acima de tudo, sou muito grato por ter te conhecido dentro da Assembleia Legislativa, como deputado estadual. Os mandatos passam e as amizades ficam.

Então, você pode ter certeza de que você é um grande amigo que eu tenho, por quem eu tenho o maior carinho, respeito e gratidão. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela Ordem.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Deixa o Deputado Delegado Camargo falar.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Senhor Presidente, por assegurar a minha fala. Eu gostaria de, mais uma vez, então, após os esclarecimentos do Deputado Luizinho Goebel acerca dessa narrativa de desinformação de que o aumento dos policiais está atrelado ao ICMS, apenas aqui deixar um pedido a Vossa Excelência, Presidente, que Vossa Excelência, diante de todo o companheirismo que possui junto ao Governo do Estado, que o governo envie logo.

Eu vou ser o primeiro a votar a favor do realinhamento salarial. Inclusive, com percentuais de reajustes diferentes: maiores para os agentes de polícias, maiores para os escrivães; porque é o salário de vocês que está tão defasado. Não há problema quanto a isso.

Buscam criar narrativas falaciosas, mentirosas, dizendo que não estou de acordo que haja reajustes diferentes para agentes de polícias, escrivães e praças; do que para delegados e oficiais. Mentira. É mentira de novo.

Então, peço que Vossa Excelência, ainda no dia de hoje, peça para o governo encaminhar logo esse projeto. Vamos votar!

Acredito que Vossa Excelência, Deputado

Ribeiro do Sinpol, recorda quando nós votamos o Refaz, aqui, que anistiava os grandes devedores, entre eles a Energisa, que eu avisei para a Vossa Excelência: "Deputado Ribeiro do Sinpol, vote contra o Refaz. Vote contra, porque nós vamos precisar desse dinheiro para o realinhamento das forças."

E o senhor falou: "Está tranquilo, Camargo, está tudo tranquilo. Vai chegar, irmão. Confia.". Eu falei: "Ribeiro, vai faltar dinheiro, vai acabar o bolo. Vota contra, Ribeiro.". O senhor falou: "Não, eu dei minha palavra. Vai dar certo". E Vossa Excelência votou para anistiar os grandes devedores. E agora, eu avisei, deputado, que ia acabar o dinheiro.

Deputado Luizinho Goebel disse que isso aí é só uma narrativa do governo. Então, se o senhor puder pedir para que o governador encaminhe para "ontem", a gente coloca, pede regime de urgência. Eu tenho certeza de que todos os Deputados desta Casa são a favor do realinhamento das forças de segurança. Todos são. Por que o governo não manda logo?

As informações que me chegam é a de que já fizeram 28 tabelas que mandam agora para a tal de MEMP (Mesa Estadual de Negociação Permanente), a famosa "mesa da amargura", criada pelo desgoverno do senhor Confúcio Moura. Deixou um estrago pelo Estado. E este governo vai fazer a mesma coisa. Não cumpriram os primeiros quatro anos de mandato, o realinhamento, agora querem botar às custas do povo o não cumprimento? Então manda logo, vamos votar.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Ocorreu uma urgência aqui. Por gentileza, meu Secretário, leia o Ofício.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – "Ofício nº 699/GP/2023, Espigão do Oeste/RO, 25 de outubro de 2023.

Prezado Senhor Cirone Deiró

Deputado Estadual

Cacoal/RO

Assunto: Decretação de Calamidade Pública Municipal.

Senhor Deputado,

Após cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência que interceda junto à Câmara Legislativa Estadual, com a finalidade de obter a Declaração de Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Espigão D'Oeste/RO, em decorrência da falta de água, causada pela estiagem, para que possamos prevenir, enfrentar e mitigar as emergências de saúde pública decorrentes deste, bem como para fins previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

Sem mais para o presente momento, reitero protestos de elevada estima e consideração, coloco-me à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Weliton Pereira Campos - Prefeito Municipal."

Lido o Ofício, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Muito obrigado. Quis o destino que eu estivesse aqui ao lado de dois gigantes que sabem, que contam a história das forças de segurança públicas. Então, eu sou ainda presidente do Sindicato do Sinpol, terceiro maior sindicato do Estado de Rondônia; sou deputado estadual eleito muito por minha categoria, por nossa categoria dos policiais civis, e eu deixo aqui registrado a presença do Hermínio.

E também a fala quanto à segurança pública, do Deputado Luizinho Goebel. Quero deixar registrado que o Deputado Luizinho Goebel também tem história com nossa categoria, em defesa dos nossos policiais, das nossas forças de segurança. Não me esqueço as vezes que, no governo passado, do senhor Confúcio Moura, enquanto dirigente sindical, quantas vezes a porta do CPA (Centro Político-Administrativo), infelizmente, marcava a reunião e não tinha ninguém lá; e o Deputado Luizinho na época era líder do governo, se compadeceu muito com o descaso que foram tratadas as forças de segurança e até entregou a liderança do governo naquele momento em prol das forças de segurança.

E eu falo que, Deputado Luizinho Goebel, o senhor é um gigante. A Polícia Civil tem em você, juntamente com o Hermínio, protagonismo nisso, nesse processo que está acontecendo. Quer falar?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Agradecer ao nobre Deputado Ribeiro, Presidente, representante do Sinpol. O senhor pode continuar sempre contando comigo. É muito importante que as forças de segurança mandaram para esta Casa o Deputado Ezequiel Neiva, policial militar; Deputado Ribeiro, policial civil, agente de polícia; Deputado Delegado Lucas, delegado de polícia civil; Delegado de Polícia Civil, Deputado Camargo; e também a nossa policial militar Deputada Dr^a Taíssa. E eu tenho certeza, com a presença de vocês aqui, que representam bem a categoria, e mais o nosso sempre apoio, nós vamos avançar, sim, porque se faz necessário isso.

Obrigado, eminente Deputado Ribeiro.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Não podemos esquecer, Deputado Luizinho Goebel, do policial penal também, o Deputado Edevaldo Neves.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Me perdoa, mais um, o nobre eminente Deputado Edevaldo Neves, policial penal, exatamente. Muito bem lembrado, muito obrigado. E realmente você vê que as forças estão fortemente representadas dentro deste Parlamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente,

só uma Questão de Ordem para eu entender...

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Verdade. Só finalizar. Então, só eu concluir a minha fala. Continuando.

Aí, nós tivemos agora essa possibilidade de ter uma legislatura de um policial civil, primeira vez na história que se torna, que a classe se une para ter um agente de polícia como deputado estadual. Um momento histórico para a gente. E nós estamos aqui agora, não podemos esquecer que foi a gestão passada do Governador Coronel Marcos Rocha, ele já concedeu para as forças de segurança — olha o nosso descaso —, ele já concedeu o maior aumento para as forças de segurança na primeira gestão dele; ele já concedeu o maior aumento de um policial civil, militar, bombeiros, policiais penais. Foi na gestão do Governador Marcos Rocha.

E agora, nessa reta final de gestão do segundo mandato dele, ele declara e fala — e eu confio no Governador, confio muito na forma de gestão que está finalizando esse nosso realinhamento. Tem pessoas muito comprometidas que eu confio muito. Deputado Delegado Lucas, Deputado Marcelo Cruz, que é o nosso Presidente, que está à frente também das negociações junto com o nosso Deputado Laerte Gomes, que é o líder. Tem o Deputado Delegado Camargo, tem o Deputado Edevaldo Neves, e sem falar aqui no Deputado Luizinho Goebel.

Então, só pra concluir, que nós vamos vencer, nós vamos passar por todo esse processo. Vão ser enviados os Projetos de Lei aqui para a Casa. Nós sabemos que, infelizmente, é um aumento hoje... As forças de segurança configuram nos piores salários do Brasil. A Polícia Civil hoje é o segundo pior salário do Brasil. A Polícia Militar também. A Polícia Penal é pior. Então, vocês veem a forma que trataram nos últimos 30 anos as forças de segurança pública.

Mas, agora há esse debate. Nós vamos trabalhar uma solução, uma saída de recursos para que o governo possa conceder essa melhoria salarial para todos nós, para todos os servidores das forças de segurança pública. Nós sabemos que nós vamos entrar em acordo com essa gestão, com essa gestão do ICMS. Vamos entrar no número de acordo. A Casa toda vai entrar em harmonia, vai entrar em consenso. E após esse aumento do ICMS, dessa diminuição, dessa recomposição que ocorrerá, nós vamos ter, o Estado tem esse equilíbrio financeiro para sanear suas dívidas, para pagar os seus compromissos. É muito preocupado com os órgãos fiscalizados.

Aqui eu deixo o meu abraço também, sem esquecer, da Bia, da Sepog, do Luís Fernando, da Sefin. Deixo um abraço registrado também ao nosso Governador, ao Júnior — da Casa Civil, um gigante que luta. Se nós da Polícia Civil tivéssemos, no passado, um Diretor-Geral comprometido com as forças de segurança, com a Polícia Civil, como o Doutor Samir — que é um gigante, um defensor de valorização das forças de segurança. Ele está mudando a realidade da

Polícia Civil. Deixo aqui, como parlamentar, um registro. A liderança, a condução também que está fazendo desse nosso realinhamento, o Doutor Samir.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Pode falar, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vossa Excelência disse que está vindo o projeto. Tem previsão agora para a nova data, de chegar aqui, quando vem?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - É assim: estamos concluindo essa pauta.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não, estão concluindo desde abril. Quando vem?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Estamos concluindo a pauta do ICMS. Realmente, a pauta do ICMS, devido às leis fiscais de recomposição federal que serão aprovadas, está condicionada à alíquota do nosso ICMS. Então, agora a previsão mesmo de vir esse aumento será em dezembro. Em dezembro eu tenho certeza que esse Projeto de Lei virá. Esse Projeto de Lei virá e depois que for aprovado — vai ser aprovado — vai ter uma grande festa aqui.

E nós temos agora, Deputado Delegado Camargo, em outubro, finaliza o prazo para envio das partes globais das contas, das dívidas, das despesas que o governo irá fazer. Em outubro agora, vai enviar a LOA (Lei Orçamentária Anual); depois disso, em dezembro, nosso Governador vai anunciar esse aumento das forças de segurança.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Ribeiro, eu gostaria de lhe passar uma informação bem atual. Isso vai ser importante para que Vossa Excelência possa continuar na construção. Vossa Excelência está falando ou projetando, defendendo uma tese do governo de que haverá, no futuro — “haverá”, verbo conjugado no futuro — uma queda de arrecadação, em razão das alíquotas de ICMS, e repasse do Governo Federal. Estamos falando de dois repasses: FPE - Fundo de Participação dos Estados -; e FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

Preciso anunciar algo para o senhor. Ontem, o Governo Federal, o Governo Lula, sancionou uma lei, ontem - o senhor pode consultar na página oficial do governo, tem inclusive, vídeo lá -, em que o atual mandatário da República afirma que sancionou o Projeto de Lei e que não haverá mais nenhum déficit para os cofres dos Estados e municípios, porque o Governo Federal fará esse repasse. E, atenção: de forma antecipada, já a partir de agora! Mais uma vez, a mentira do governo cai por terra. O senhor pode consultar aí: gov.br, “Governo Lula sanciona repasse para FPM - Fundo de Participação dos Municípios -, e FPE - Fundo de Participação dos Estados.”

Mais uma vez, cai por terra essa teoria. Ela não vai se sustentar. É mentira. O senhor pode olhar

aí. Então, se faltava para o Estado encaminhar para cá, em razão da queda de arrecadação de FPE e FPM, não tem mais. Pode enviar hoje. Pode encaminhar hoje. E eu serei o primeiro a andar de gabinete em gabinete com Vossa Excelência, votando a favor. Vossa Excelência achou a reportagem aí?

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Vossa Excelência confia nas ações do governo federal?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu? Não. Eu acredito na lei. Eu não acredito em nada do Governo Lula, mas como ele colocou uma lei e sancionou, na lei eu acredito. Em palavras, não. Quando o governo, quando o desgoverno do Lula — petista, comunista, comuno-larápio — fala alguma coisa, eu não acredito em nada, mas na lei eu tenho que acreditar. E eu estou falando não é de palavra, estou falando de lei sancionada, aprovada, em vigor.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Então, está explicado. Vamos. Está registrado.

Pois não, Deputada Dr^a. Taíssa. Quer falar?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Vamos trabalhar, Deputado Ribeiro. Vamos trabalhar para vir logo esse recurso aí.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Encerradas as Breves Comunicações. Passaremos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à Ordem do Dia. Não havendo quórum para deliberações, encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 31 de outubro, no horário regimental.

Agradecendo aqui a presença do Deputado Hermínio Coelho...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem antes de encerrar. Senhor Presidente, antes de encerrar. Questão de Ordem, por favor, Senhor Presidente.

Eu vou pedir apenas para que o Deputado Luizinho Goebel faça a leitura novamente sobre algum documento que chegou aí, falando a respeito de estado de calamidade. Eu explico porque eu faço o requerimento para leitura novamente, porque o estado de calamidade, quando decretado, pode atingir os trabalhos desta Casa. Está no artigo 138, salvo engano, do Regimento Interno. Só para esclarecer do que se trata. Eu acho que é só de âmbito municipal, não é? Só para eu entender.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) - É âmbito municipal, Município de Espigão D'Oeste.

Portanto, só foi apresentado um Ofício, mas não foi apresentada nenhuma matéria. Então, será ainda votado e apreciado pela Casa.

SECRETARIA-GERAL

Direta de Inconstitucionalidade n. 0803022-15.2021.8.22.0000

Requerente: Governador do Estado de Rondônia

Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Relator: Desembargador Alexandre Miguel

EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Estadual n. 4.426/2018. Instituição de Comitê Estadual do Transporte Escolar. Criação de atribuições e despesas à Secretaria de Estado. Matéria de iniciativa privativa do chefe do executivo. Vício formal. Inconstitucionalidade reconhecida parcialmente. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica e dominante no sentido de que a previsão constitucional de iniciativa legislativa reservada não impede que o projeto de lei encaminhado ao Poder Legislativo seja objeto de emendas parlamentares. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência pacífica e dominante no sentido de que a possibilidade de emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, aos Tribunais, ao Ministério Público, dentre outros, encontra duas limitações constitucionais, quais sejam: não acarretem aumento de despesa e mantenham pertinência temática com o objeto do projeto de lei. Constatado que a instituição de Comitê Estadual do Transporte Escolar cria atribuições e despesas à Secretaria de Estado, está configurada a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa dos dispositivos da lei que o disciplinam.

Decisão: "DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Data do julgamento: 05.09.2022

Data do trânsito em julgado: 27.09.2023 (após o STF negar provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário n. 1.444.071)

Direta de Inconstitucionalidade n. 0804927-55.2021.8.22.0000

Requerente: Governador do Estado de Rondônia

Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa

EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. Ementa à Constituição Estadual. Iniciativa do Poder Legislativo. Compartilhamento de dados de compras de cartão de crédito. Vício formal de iniciativa. Reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Ofensa ao princípio da separação de poderes. Inconstitucionalidade material igualmente configurada. Procedência. Constatado que a Assembleia Legislativa do Estado promulgou Emenda Constitucional de competência privativa do Chefe do

Executivo Estadual, o que se conclui por haver versado sobre a estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo, impõe-se a declaração de inconstitucionalidade formal da lei, por vício de iniciativa. Do mesmo modo, a emenda legislativa em questão apresenta inconstitucionalidade material ao determinar a disponibilização de dados de compras de cartão de crédito, visando a arrecadação de ISSQN pelos Municípios, a impactar diretamente na autonomia administrativa e funcional dos órgãos autônomos atingidos, violando o princípio da Separação dos Poderes e caracterizando indevida ingerência sobre a independência e harmonia dos poderes.

Decisão: "QUESTÃO DE ORDEM PROPOSTA PELO DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL REJEITADA, POR MAIORIA, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ, JOSÉ ANTÔNIO ROBLES, OSNY CLARO DE OLIVEIRA, ÁLVARO KALIX FERRO, GLODNER LUIZ PAULETTO, FRANCISCO BORGES E O PROPONENTE. NO MÉRITO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, POR MAIORIA, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES SANSÃO SALDANHA, KIYOCHI MORI, ISAIAS FONSECA MORAES, JOSÉ ANTONIO ROBLES E ÁLVARO KALIX FERRO."

Data do julgamento: 05.12.2022

Data do trânsito em julgado: 15.09.2023 (após o STF rejeitar Embargos Declaratório em Agravo de Recurso Extraordinário n. 1.440.000)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 827/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ANDERSON RODRIGUES DE SÁ, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DAG-04, do Gabinete da Deputada Dr^a Taíssa, a contar de 31 de outubro de 2023.

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0104970

ATO Nº 831/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,

no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR**EDUARDO VALDIVINO VILARINO DA SILVA,**

do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, do Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a contar de 31 de outubro de 2023.

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDESSecretário Geral ALE/RO
SEI nº 0105006

ATO Nº 829/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,

no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

A pedido, a servidora **HELEN CRISTINE DO NASCIMENTO FERREIRA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 31 de outubro de 2023.

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDESSecretário Geral ALE/RO
SEI nº 0104991

ATO Nº 826/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,

no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR**KIONES DE ARAUJO GOMES,** do Cargo de

Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, do Gabinete da Deputada Drª Taíssa, a contar de 31 de outubro de 2023.

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDESSecretário Geral ALE/RO
SEI nº 0104966

ATO Nº 828/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,

no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR**SILMARA DE MEDEIROS BRITO COSTA,** do Cargo

de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 31 de outubro de 2023.

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDESSecretário Geral ALE/RO
SEI nº 0104985

ATO Nº 830/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,

no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR**THIAGO AGUIAR MOITA,** do Cargo de Provimento

em Comissão de Assessor Técnico, código AT-10, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 31 de outubro de 2023.

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDESSecretário Geral ALE/RO
SEI nº 0104998

ATO DE DIÁRIA Nº 0104433/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (diárias) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cacoal/RO a Porto Velho/RO, no período de 30/10/2023 a 01/11/2023, para conduzir veículo, acompanhar e realizar a segurança do deputado estadual Cássio Gois durante o cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.431.000090/2023-16.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174225	Fagner de Oliveira Silva	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 30 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0104441/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

Considerando o pedido constante no Memorando (0100654) do processonº 100.040.000074/2023-19;

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO DE DIÁRIA Nº 0100258/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 190, pág. 3318-3319, de 23/10/2023, concedendo 02 (duas) diárias ao servidor **José Renato Alves de Souza Silva**, Assessor Parlamentar, matrícula nº 200172314, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO a Porto Velho/RO, no período de 24/10/2023 a 25/10/2023, para acompanhar e assessorar o deputado estadual Affonso Cândido durante o cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.040.000074/2023-19.

Porto Velho, 30 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0104489/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

Considerando a solicitação constante no Memorando (0099131) no processonº 100.059.000096/2023-80;

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO DE DIÁRIA Nº 0098310/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 188 de 19/10/2023, concedendo 05 (cinco) diárias ao deputado estadual **Alexandro Barroso Duarte Santana**, matrícula nº 200172305, pelo deslocamento via transporte aéreo de Cacoal/RO a Brasília/DF, no período de 22/10/2023 a 26/10/2023, para cumprir agenda parlamentar com o senador Confúcio Moura, com o deputado federal Thiago Flores e com membros da Bancada Federal, conforme processo nº 100.059.000096/2023-80.

Porto Velho, 30 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

3420

ATO DE DIÁRIA Nº 0104750/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Rio Crespo/RO, no dia 04/11/2023, para acompanhar e assessorar o deputado estadual Alan Queiroz na entrega de implementos agrícolas oriundos de recursos de emenda parlamentar, conforme processo nº 100.041.000234/2023-10.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174257	José Roberto Basílio de Souza	Subchefe Parlamentar	Ga. Dep. Alan Queiroz

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0104750/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporteterrestre de Cujubim/RO a Porto Velho/RO, no período de 30/10/2023 a 01/11/2023, para acompanhar e fazer a segurança do deputado estadual Pedro Fernandes, conforme processo nº 100.060.000065/2023- 90.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174251	Jean Carlos Ferreira Oleias	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0104816/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Fortaleza/CE, no período de 07/11/2023 a 11/11/2023, para assessorar a deputada estadual Ieda Chaves durante a 26ª Conferência Nacional da UNALE 2023, conforme processo nº 100.501.000041/2023-02.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173807	Alcides Neto Nascimento de Aquino	Secretário Executivo	Gab. Dep. Ieda Chaves

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0105319/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporteterrestre de Porto Velho/RO a Rio Crespo/RO, no dia 04/11/2023, para fazer a segurança do deputado estadual Alan Queiroz e de seus acompanhantes durante o cumprimento de agenda parlamentar em entregas e vistorias, conforme processo nº 100.041.000235/2023-64.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173876	Jairo Lopes Duarte	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0105295/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporteterrestre de Porto Velho/RO a Fortaleza/CE, no período de 06/11/2023 a 11/11/2023, para acompanhar e assessorar o deputado estadual Jean Mendonça durante a 26ª Conferência Nacional da UNALE, além de participar do VI Encontro Nacional de Redes Legislativas de Governança e Gestão - REGOV, conforme processo nº 100.052.000079/2023-11.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172919	Wesley Nunes Ferreira	Controlador Geral	Controladoria Geral

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0105468/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Belo Horizonte/MG, no período de 07/11/2023 a 11/11/2023, para acompanhar e assessorar o deputado estadual Cássio Gois no evento "Semana Internacional do Café", conforme processo nº 100.431.000008/2023-45.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174995	Ademir Alves de Carvalho	Assessor Parlamentar	Gab. Dep. Cássio Gois

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES

Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0105446/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vilhena/RO a Porto Velho/RO, no período de 06/11/2023 a 09/11/2023, para tratar de assuntos referentes ao andamento das ações do deputado estadual Luizinho Goebel na região Cone Sul, bem como o planejamento de algumas atividades e ajustes com o chefe de gabinete, com o fulcro de readequação na administração e das atividades do escritório parlamentar do município, conforme processo nº 100.057.000124/2023-89.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172533	Jose Reginaldo Dos Santos	Assessor Técnico	Gab. Dep. Luizinho Goebel

Porto Velho, 31 de outubro de 2023.

ROGER ANDRÉ FERNANDES

Secretário-Geral

ADVOCACIA-GERAL

ERRATA AO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2022

Na publicação ocorrida em 30/10/2023, Diário n. 195, páginas 3393 e 3394, foi publicado o extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 013/2022/ALERO com o seguinte:

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO
Contratado: ACRONET CORPORATIVO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

ONDE SE LÊ:

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pelas partes e registrado à fl. 22 do Livro de Registro de Termo Aditivo do ano de 2023 da Advocacia-Geral.

LEIA-SE:

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pelas partes e registrado à fl. 27 do Livro de Registro de Termo Aditivo do ano de 2023 da Advocacia-Geral.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2023

Processo SEI nº 100.012.000097/2023-61

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de licenças do software AltoQi Eberick, AltoQi Builder, curso QIHidrossanitário, QIEletrico, QIIncendio e o curso online Eberick nos termos e quantidades registradas no termo de referência, para atender as necessidades da assembleia legislativa do estado de Rondônia

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes do presente Contrato, independentemente de sua transcrição, o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA, bem como os anexos e demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 100.012.000097/2023-61.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

A aquisição de licenças do software Orçafascio com o módulo orçamento, bases adicionais e Orçabim será fornecida e realizada conforme a tabela abaixo, seguindo as especificações contidas no Termo de Referência:

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Setor requisitante	Valor Unitário	Valor Total
01	ALTOQI EBERICK 2022 PLENA TOP [LVIT] EBERICK 2022: Software para projetos estruturais; PLENA: Aplicação com nº de níveis ilimitados, elementos por pavimento ilimitado e área de projeto ilimitada; Licença para 1 usuário VITALÍCIA	UN	02	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	R\$ 19.800,00	R\$ 39.600,00
02	ALTOQI BUILDER 2022 PLENA TOP [LVIT] QIBUILDER 2022: Software para projetos de instalações prediais; PLENA: Aplicação com nº de níveis ilimitados, elementos por pavimento ilimitado e área	UN	02		R\$16.720,00	R\$ 33.440,00
	TOP: Versão com 7 (sete) disciplinas. QiElétrico, QiCabeamento, QiSPDA, QiHidrossanitário, QiGás, QiIncêndio, QiClimatização 1 usuário VITALÍCIA					
03	CURSO ONLINE QIHIDROSSANITÁRIO 2022 O curso apresenta como usar o QiHidrossanitário através do passo a passo de um projeto real de uma residência de alto padrão com arquitetura desafiadora, seguindo a metodologia; Carga horária: 30 horas; Distribuído em: 15 Aulas; Formato EaD com aulas gravadas;	UN	02		R\$630,00	R\$ 1.260,00

04	CURSO ONLINE QIELETRICO 2022 O curso apresenta como usar o QiElétrico através do passo a passo de um projeto real de uma residência de alto padrão com arquitetura desafiadora, seguindo a metodologia; Carga horária: 30 horas; Distribuído em: 18 Aulas; Formato EaD com aulas gravadas;	UN	02		R\$630,00	R\$ 1.260,00
05	CURSO ONLINE QIINCENDIO 2022 O curso apresenta como usar o QiIncêndio através do passo a passo de um projeto	UN	02		R\$580,00	R\$1.160,00
	real de uma residência de alto padrão com arquitetura desafiadora, seguindo a metodologia; Carga horária: 25 horas; Distribuído em: 8 Aulas; Formato EaD com aulas gravadas;					
06	CURSO ONLINE EBERICK 2022 O curso apresenta como usar o Eberick através do passo a passo de um projeto real de uma residência de alto padrão com arquitetura desafiadora, seguindo a metodologia; Carga horária: 30 horas; Distribuído em: 19 Aulas; Formato EaD com aulas gravadas;	UN	02		R\$630,00	R\$1.260,00
VALOR TOTAL =>						77.980,00

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura.

DO VALOR: O valor do presente Contrato é de R\$ 77.980,00 (Setenta e Sete Mil Novecentos e Oitenta Reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incide necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa de Rondônia, para o exercício de 2023, na seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.126.1006.2405.240501 Potencializar a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;
Natureza de Despesa: 44.90.40.05 Aquisição de Software Pronto;
Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 Recursos não Vinculados de Impostos
Nota de Empenho: 2023NE002441

DA RESCISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, de acordo com o previsto no inciso I, do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis n.º 8.883/94 e 9.648/98.

No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a comunicar tal decisão a CONTRATADA, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão.

Fica reconhecido os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis n.º 8.883/94 e 9.648/98.

DO FORO: As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza, e, como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que depois de lido e achado conforme, será assinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes Contratantes e registrado à fl. 24 do Livro de Registros de Contratos do ano de 2023 da Advocacia-Geral da ALE/RO.

Porto Velho/RO, 25 de outubro de 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário Geral da ALE/RO
CONTRATANTE

MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA
MARCELO LUIZ MAESTRO
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUIZ MAESTRO, Usuário Externo, em 27/10/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Roger André Fernandes, Secretário Geral, em 30/10/2023, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador 0103465 e o código CRC 8186F747.